

**Rancière, Jacques (2007). *O mestre ignorante: Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica.**

191 Pags.

ISBN 978-85-7526-045-6

**Resenhado por Anabela Gomes de Jesus, António Manuel Leitão Macedo Varela, Eliana Santana Lisbôa e Gláucia Helena Sales Teixeira.**

**Universidade do Minho, Braga, Portugal**

8 de Fevereiro de 2010

*O Mestre ignorante: Cinco lições sobre a emancipação intelectual*, de autoria de Jacques Rancière, é uma obra de cunho filosófico e traz-nos importantes reflexões sobre a emancipação intelectual dos indivíduos, discutida através da relação entre a educação e a pedagogia, pois “todos os homens têm igual inteligência” e a instrução é como a liberdade, ou seja, não é uma dádiva, precisa de ser conquistada. É um livro que aborda questões fundamentais sobre o ensino, com proeminência ao método "panecastic", ou educação universal, desenvolvido pelo pedagogo Joseph Jacotot, que considerou o caminho para emancipação intelectual. O livro utiliza uma linguagem que está ancorada numa cultura social e filosófica. Pode ser considerado como um dos clássicos do pensamento político do século XIX e, por que não dizer, um manifesto político da época.

A publicação está dividida em cinco capítulos, intitulados respectivamente: *Uma aventura intelectual*, *A lição do ignorante*, *A razão dos iguais*, *A sociedade do desprezo* e *O emancipador e suas imitações*.

No Capítulo 1, *Uma Aventura intelectual*, evidencia-se uma façanha intelectual do mestre francês, Joseph Jacotot, vivida no século XIX (1818), quando foi convidado a ministrar francês a um grupo de estudantes que falavam somente o holandês (flamengo) e Jacotot, por sua vez, ignorava totalmente esta língua. Partindo desta premissa, ele encontrou como saída a utilização do livro intitulado *Telémaco* para que os alunos pudessem ler e, em seguida, discutir com o mestre. Tal foi sua surpresa ao perceber que mesmo não tendo dado “a seus 'alunos' nenhuma explicação sobre os primeiros elementos da língua” (Rancière, 2007: 20)



francesa, eles conseguiram superar as suas expectativas, no sentido da apreensão do conteúdo de forma significativa. Neste sentido, ele concluiu que era necessário inverter a lógica do sistema explicador, desenvolvendo, assim, um novo método de ensino e aprendizagem não mais baseado na explicação, mas sim na emancipação, que se pode tornar efectiva pela vontade e pelo próprio desejo de aprender ou, mesmo, pelas contingências da situação.

Portanto, o que a obra aborda é uma relação que foi estabelecida partindo da vontade de aprender dos alunos frente ao desafio proposto pelo educador, não necessitando, para isso, das explicações minuciosas do explicador para trilharem seu caminho; ou seja, a aprendizagem na perspectiva do mestre foi emancipadora, uma vez que não estava, necessariamente, determinada pela inteligência do professor, não sendo, desta forma, embrutecedora.

O acto de aprender poderia ser efectivado sob diferentes perspectivas: por um mestre emancipador ou por um mestre embrutecedor, por um mestre sábio ou por um mestre ignorante. Contudo, sobre o que a obra nos faz reflectir é que pode ensinar-se o que se ignora, desde que se emancipe o aluno, instigando-o a usar a sua própria inteligência. Mas, para isso, é imprescindível que o próprio mestre seja emancipado para que possa dar início ao círculo da emancipação, pois, segundo Freire (1987: 39): “O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os 'argumentos de autoridade' já não valem. Em que, para ser-se funcionalmente, a autoridade, se necessita de estar *sendo* com as liberdades e não *contra* elas.”

Esta nova forma de conceber o saber foi denominada de Ensino Universal, uma vez que preconiza uma aprendizagem sem o mestre explicador, cujo princípio reside em aprender e saber aplicar este conhecimento em outros contextos, estabelecendo relações e conexões com conhecimentos anteriores, através dos princípios: selecção, progressão e incompletude.

Já no Capítulo 2, *A lição do ignorante*, o autor procura sintetizar as considerações de Jacotot em face dos resultados das actividades desenvolvidas pelos alunos, no âmbito das quais apresenta três princípios para desenvolver seu método de ensino e aprendizagem, nomeadamente:

- Todos os homens têm igual inteligência;
- Cada homem recebeu de Deus a capacidade de instruir-se;
- Tudo está em tudo.

Por outras palavras, o que ele pretende dizer com isso é que toda a manifestação humana é um arcabouço de oportunidades para o crescimento intelectual, justamente por existir no seio de qualquer manifestação humana um quê de arduo, de valioso e intencional. Podemos, então, referir que o autor assume o pressuposto de que não há hierarquia de capacidade intelectual, indicador necessário para fomentar a emancipação.

Sob essa perspectiva, Jacotot desenvolveu seu próprio método que começa pelo texto e não pela gramática, considerando que o método que começa pelas letras “dirige os alunos segundo o princípio da desigualdade intelectual e, sobretudo, da inferioridade intelectual das crianças” (Rancière, 2007: 49).

É fundamental que o sujeito seja capaz de interpretar a realidade que o circunda e perceber-se como sujeito participativo no seu contexto social, político e cultural. Por esse motivo, Rancière tece críticas ao método socrático, pois, segundo ele, é uma forma aperfeiçoada de embrutecimento, uma vez que não conduz ao conhecimento.

Enfatiza que a verdadeira aprendizagem pode acontecer por meio do mestre ignorante, em que uma das premissas básicas é verificar se o aprendiz está a pesquisar continuamente, tentando sempre relacionar com o que já conhece, pois “a emancipação é, antes de tudo, o inventário das competências intelectuais do ignorante” (Rancière, 2007: 61). Nesse sentido, é essencial buscar o todo da inteligência humana em cada manifestação cultural (panecástica), pois o que embrutece as pessoas não é a ausência de instrução, mas sim a interiorização que as faz acreditar que têm

competências e inteligências inferiores.

No capítulo 3, *A Razão dos iguais*, Jacques Rancière começa por questionar o conceito de opinião. Embora considerando que as opiniões não devam ser encaradas como verdade, contudo, podem despertar para o conhecimento. A partir da observação, verifica que a aprendizagem individual sem orientação de um mestre, é possível. O que o autor pretende “não é provar que todas as inteligências são iguais. É ver o que se pode fazer a partir desta suposição.” (Rancière, 2007: 72).

Em oposição àqueles que consideram que a desigualdade inicial das inteligências explica o facto de certos indivíduos serem mais bem sucedidos que outros por serem mais inteligentes, Rancière contrapõe com o princípio de que os indivíduos são igualmente inteligentes. O desenvolvimento da inteligência pode ser visto como uma associação entre a vontade e o poder racional. É a vontade de aprender e de procurar incessantemente, por iniciativa própria, que confere significado às coisas. Esta racionalidade, guiada pela vontade, gera a verdade.

Segundo Rancière, o princípio da veracidade resulta da experiência da emancipação. No processo de emancipação o homem aproxima-se da verdade, pois a “verdade existe por si mesma; ela é o que é e não o que é dito” (Rancière, 2007: 88). Neste caso, o mestre explicador desempenha uma função perversa ao limitar os percursos emancipadores de cada indivíduo.

A improvisação é o caminho fundamental para a emancipação e constitui o exercício fundamental para o homem se manifestar, se conhecer e comunicar na e por meio de sua cultura. Assim, a virtude da nossa inteligência está mais em fazer do que em saber. E, como esse fazer é, fundamentalmente, um acto de comunicação, é pela palavra que o saber prolifera: “os pensamentos voam de um espírito a outro nas asas da palavra”, diz o mestre; “todo saber fazer é um querer dizer” (Rancière, 2007: 98).

Rancière termina este capítulo reforçando a ideia de que a igualdade das inteligências é o que torna possível a sociedade humana. Considera que a inteligência é a potência de cada indivíduo se fazer compreender e que essa compreensão só é possível entre iguais. O desenvolvimento da inteligência é função da vontade que, por sua vez, potencia a razão.

A submissão do aluno face ao mestre encontra eco no conceito de opressor e oprimido referido por Paulo Freire. De facto, este autor considera que algo precisa ser reflectido, ou seja, a desumanização através da relação entre opressor e oprimido. O opressor reproduz o processo da injustiça e das desigualdades sociais. O oprimido precisa da humanização através da liberdade (emancipação), da justiça e da igualdade social. Esta igualdade social só pode acontecer se partir do princípio que todos somos essencialmente iguais, o que permite a compreensão mútua e, conseqüentemente, o desenvolvimento social e a humanização. Paulo Freire, tal como Rancière, acredita que o sistema educativo actual apenas perpetua as desigualdades, uma vez que parte do princípio que a igualdade social é uma realidade. Como tal, o que poderá funcionar como explicação são as desigualdades das capacidades individuais. Ao transpor esta lógica do mais capaz e do menos capaz para o todo social se poderá justificar a dominação de uns por outros.

Tal como Rancière (2007) e Freire (1987), Santos (2006), na sua obra *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* acredita que o sistema político actual perpetua a desigualdade e a exclusão como resultado de uma hierarquização sistémica. Segundo este autor, a desigualdade é fundamentada porque hierarquiza os indivíduos.

Na sua obra “Um mundo infestado de demónios”, Carl Sagan (2002) acredita na “inocência” da infância do processo de aprendizagem, ou seja, na vontade de aprender por aprender, na ausência do medo de errar e no entusiasmo de aprender. No entanto, este caminho emancipador é truncado pela sociedade. O autor comprova que na adolescência aquela “inocência” desaparece, a formalidade e a homogeneidade reinam e a magia de aprender desaparece uma vez, que os alunos deixaram de seguir o seu caminho e passaram a seguir o caminho de outros.

No capítulo 4, *A sociedade do desprezo*, Rancière estabelece uma dicotomia entre a inteligência

individual e o contexto social. Só numa lógica individual, na qual cada indivíduo recorre à sua “vontade razoável”, se pode conduzir adequadamente a inteligência. O tecido social é arbitrário, pois depende do conjunto de vontade livre dos membros que a constituem. É a dificuldade de harmonização das vontades e razões do conjunto social o que explica a sua arbitrariedade, ou seja, a sua “desrazão”. A emancipação intelectual proposta por Rancière funciona no âmbito de uma lógica individual, que não repercute necessariamente na ordem social.

O que Rancière propõe não é uma verdade inegável, é uma “aventura de espírito”. A igualdade das inteligências não constitui um dado científico que se impõe reconhecer, nem algo a ser alcançado. Constitui uma proposta de transformação da “normalidade” vigente, uma forma de instituir um princípio de iguais possibilidades de reconhecimento e de realização para todos.

O espírito humano, sendo caracterizado pelo binómio vontade e inteligência, pode operar de modo atento ou distraído. É a falta de vontade de operar a racionalidade através da inteligência o que dá origem à distração. Esta distração significa um desaproveitamento da potencialidade intelectual. Ora subestimar ou sobrestimar esta potencialidade individual abre caminho à incomunicabilidade, visto que a comunicação razoável se funda na igualdade entre a estima de si e a estima dos outros.

Ora, a “normalidade” parece ser a existência de um funcionamento social que promove um reconhecimento desigual dos indivíduos, uma “paixão pela desigualdade”. É um funcionamento destituído de razão, sendo exactamente por isso que se caracteriza como uma paixão. No tecido social, a inteligência deixa de funcionar sob a batuta da racionalidade para ser trabalhada pela vontade que está submetida à lógica da desigualdade, à lógica da retórica. Esta lógica tem subjacente a vontade de imperar pelo convencimento e não pela clareza da razão. Há o que Rancière considera uma perversão da vontade, que deveria estar a serviço da razão, mas neste movimento de perversão é a inteligência que se submete à vontade.

Daí a dicotomia homem/cidadão e emancipação intelectual/emancipação social. O homem detém a possibilidade da razão, mas esta é inviável para o cidadão; o homem poder-se-á emancipar intelectualmente e criar uma base de reconhecimento de igualdade entre outros homens que se comunicam, mas esta não se transforma inevitavelmente em igualdade social.

Para o autor, só partindo do axioma da igualdade das inteligências se poderá contrariar o “paradoxo da ficção desigualitária”. Por um lado, a falta de reconhecimento da igualdade básica entre os indivíduos impede a afirmação da sua singularidade; por outro lado, torna-se importante reflectir sobre a questão da dominação. Esta não tem qualquer justificação natural, desta forma só o que é convencionalizado pela sociedade pode explicar esta questão. Isso não implica contudo que a solução se encontre na extinção da ordem social, pois embora esta ordem seja baseada na “desrazão”, a própria razão revela-se incapaz de solucionar a sua extinção. O homem razoável é aquele que procura um equilíbrio entre o funcionamento dentro do conjunto social e um funcionamento da sua própria racionalidade. Aliada à vontade, a razão é fundamental para operar nos dois mundos, o pessoal e o social. A razão, exercendo o poder da igualdade reconhecida entre os seres intelectuais, “faz-se acção social salvadora”(p.134)

O homem razoável não recusa operar no conjunto social, pois de que servirá a sua razão se não tiver como gerar mudanças nesse mesmo conjunto? O desafio está no reconhecimento da potencialidade de cada indivíduo enquanto ser dotado de inteligência e na tomada das rédeas dessa razão inteligente, para que se possa assumir como igual a qualquer outro sujeito detentor da mesma inteligência.

A ideia de emancipação em Rancière é sempre perspectivada numa lógica da relação de indivíduo para indivíduo. Ela não assume uma lógica colectiva como defendido por Freire (1987). Este mesmo autor apresenta a “revolução cultural” como um processo que estabelece o diálogo entre o povo e quem governa. A educação será para além de um meio de emancipação intelectual, mas também um meio de emancipação social. Para Rancière, a transformação está na assumpção da igualdade individual, ou seja, na emancipação individual e intelectual, o que poderá não se

traduzir numa emancipação social, pois o colectivo é caracterizado pela dificuldade da razoabilidade.

Enquanto Freire propõe uma pedagogia, ou se quisermos um método, “Alfabetização de adultos”, Rancière propõe uma aventura de espírito, sendo esta a vontade de assumir a igualdade do homem como ser racional.

Mas existem pontos de contacto entre Rancière e Freire. Ambos põem a descoberto as brechas da ordem estabelecida. Para Freire (1987), a desumanização é consequência de uma “ordem” injusta e a educação não deve estar a serviço para incutir um falso predomínio de uns em relação a outros, mas sim como processo libertador e gerador de uma relação dialógica entre os homens. Para Rancière, a ordem social também não se revela o foco da transformação para o progresso. A educação não servirá para dotar a sociedade de uma ordem; o que poderá essencialmente fazer será fomentar a racionalidade.

Fraser (2003), ao abordar a temática da injustiça social, mais especialmente o que designa por injustiça cultural ou simbólica, explica a importância do reconhecimento social para a construção pessoal do sujeito. O reconhecimento não constitui uma mera questão de cortesia social, a sua influência é bem mais profunda: ele toca o mais interior do indivíduo, pois o reconhecimento é uma necessidade psicológica básica. A proposta de Rancière está na linha do sugerido por Fraser. Ao que Rancière apela é o sentido da igualdade como ponto de partida. Na sua posição mais radical, o que Fraser (2003: *online*) sugere é “a transformação dos padrões de representação, interpretação e de comunicação, o que irá influenciar significativamente a forma como nos posicionamos diante da realidade imposta pela sociedade”

Ambos consideram fundamental o reconhecimento da igualdade do outro como força transformadora das relações dos indivíduos no contexto social. Contudo, para Rancière, este reconhecimento da igualdade do outro será alavanca da emancipação intelectual e, para Fraser, este será uma fórmula de combater a injustiça social.

No capítulo 5, *O emancipador e suas imitações*, Rancière explica que Jacotot acreditava que um pai de família pobre e ignorante poderia ser o mestre de seu filho e instruí-lo. Ou seja, poderia ensinar aquilo que ignora, partindo de algo e a esse algo, relacionar todo o resto. Este seria o princípio de aprendizagem.

A proposta de Jacotot não é construir sábios, mas sim trazer aos que vivem na obscuridade de um mundo esquecido, sem vulto e sem voz, o caminho da luz e da compreensão do mundo, entendendo-o e participando como sujeito. De acordo com o pensamento de Freire (1987), conhecimento é um processo que foi construído, historicamente, que não deverá estar aprisionado nos mecanismos de composição vocabular. Ele buscará novas palavras, não para colecioná-las na memória, mas para dizer e escrever o seu mundo, o seu pensamento e para contar sua história. Pensar o mundo é julgá-lo. A experiência dos “círculos de cultura” mostra que o alfabetizando, ao começar a escrever livremente, não copia palavras, mas expressa pensamentos. Desta forma, tanto Jacotot quanto Freire intencionam emancipar.

O método emancipador de Jacotot difunde a ideia de que todos os homens possuem igual inteligência e “somente um homem pode emancipar outro homem”. As instituições escolares não conseguem realizar tal ação, pois estão impregnadas de valores, de crenças e intencionalidades, e ao formatar este homem, de acordo com esses princípios, ignora o aprendiz dentro da sua história de vida e de seus saberes acumulados antes da sua entrada na instituição escolar. Por isso Rancière, afirma em diversas passagens do livro que o “... Ensino Universal não pode se dirigir senão a indivíduos, jamais à sociedade” (Rancière, 2007: 147).

O Ensino Universal é dirigido a todos, sobretudo aos pobres, que são aqueles que não têm condições de pagar pelo trabalho de um explicador ou de investir longos anos na escola. O Ensino Universal é libertador, emancipador e cria a possibilidade do sujeito se conhecer, bem como conhecer o contexto

que o cerca.

Também é sobre esses pobres que pesa a crença da desigualdade da inteligência, pois fazem-nos acreditar que os superiores de inteligência são aqueles que passaram pelos bancos escolares ou por explicadores e que, através dos quais, conheceram os filósofos, as enciclopédias, os ditos dos advogados, entre todos os outros saberes institucionalizados.

No entanto, a superioridade da inteligência pregada pelo contexto social é fictícia, foi convencionalizada para estabelecer padrões, valores e normas para uma sociedade. Ao hierarquizar, a sociedade institui o sentido de desigualdade, declarando aos inferiores a impossibilidade de usufruírem dos privilégios da casta.

No entanto, essa hierarquia é reforçada pelos próprios ditos inferiores ao renunciarem ao seu próprio potencial de aprender, questionar esses mesmos padrões, valores e normas vigentes, em detrimento da sua permanência na impotência de pensar, o que não pode levar a mudança da sua.

Nesse tempo, a hegemonia das instituições de ensino antigas, por escravizar e uniformizar o ensino, ignorando e rotulando como inferior tudo o que não faz parte dessa universalização tida como verdadeira. Por contraponto surgiram as ideias defendidas pelos progressistas, que desafiaram a ordem instituída. Buscaram a verdade, ouviram afirmações e saíram com o propósito de conferir, analisar, observar os fatos, escutar e reproduzir as experiências que tinham como objectivos testar os resultados. Assim, fazer, experienciar e interpretar são sinónimos de que “saber não é tudo, melhor, é nada em si e fazer é tudo!” (Rancière, 2007: 167)

Para os progressistas, o método de Jacotot não surgiu como uma ameaça, pois acreditavam que esse método era um grande incentivo para a aquisição da ciência e da virtude, tanto quanto um golpe emitido contra as aristocracias intelectuais, uma vez condenando os considerados intelectuais da casta velha, por viverem envoltos de orgulho e pretensão, por esgrimir os saberes estabelecidos e dessa forma serem considerados como génios, e sentir no direito de dominar os seus semelhantes e rebaixá-los quase à condição de animal.

Os progressistas criaram a Sociedade dos Métodos de Ensino, que intencionava acelerar o progresso e propor a instrução popular. Seus membros não eram homens de acreditar apenas em palavras, mas sim num método que põe o homem a caminhar, que vai ver, que experimenta, que modifica a sua prática, que verifica seu saber, e assim infinitamente.

Jacotot acreditava que o método proposto pelos progressistas era contraditório, pois a ideia de progresso subjacente se erige a partir de uma condição de desigualdade na ordem social. Ao propor uma sociedade que pensa sob o signo do aperfeiçoamento, uma sociedade que progride, onde todos se encontram no mesmo caminho, os progressistas gostariam de liberar os espíritos e promover as capacidades populares. Dessa forma, o progresso é a nova maneira de dizer a desigualdade!

O Ensino Universal compreendia a sociedade partindo do diferente, da diversidade na igualdade. O ensino não era uma forma de homogeneizar, mas partindo da intenção de igual inteligência, imersa em contextos diferentes, materializando de diferentes formas. Desta forma, as instituições não seriam a única via para a emancipação intelectual. Esta poderia perpassar pelos indivíduos e pelas famílias, derrubando a crença na ordem.

Jacotot foi um solitário no seu percurso pela defesa da igualdade e do Ensino Universal, pois acreditava que a igualdade não era um objectivo a atingir, mas um ponto de partida, uma suposição a ser mantida em qualquer circunstância. Sendo a igualdade um princípio praticado e verificado, e não concedido ou reivindicado.

Como síntese final, consideramos que as linhas de força do livro traduzem-se no apresentar a ideia do professor explicador não como promotor de uma emancipação intelectual, mas como uma acção que aprisiona as potencialidades do sujeito. Outra destas linhas de força está na concepção de qualquer saber como uma manifestação da inteligência humana, ou seja, os

diferentes saberes devem ser reconhecidos e valorizados com igual importância. Desta forma, só partindo do pressuposto de igualdade dos seres humanos se poderá abrir caminho para viabilizar as potencialidades individuais. O princípio da igualdade é fundamental, visto que o conjunto social funciona sob a lógica do desprezo. O acto de aceitar a igualdade como princípio será a única forma de lidar com esta irracionalidade, tentando que a acção esteja regida pela reflexão. O essencial no processo de emancipação é que o conhecimento não pode estar desvinculado da realidade que circunda o sujeito e que só partindo de uma filosofia de igualdade, que tem por base a relação de “dialogicidade” entre os indivíduos, é que esta emancipação pode acontecer.

## REFERÊNCIAS:

- FRASER, Nancy (1997). “From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a “Postsocialist” Age”. Disponível em <http://www.ethicalpolitics.org/blackwood/fraser.htm>. Acedido em: 12/04/09.
- FREIRE, Paulo (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- RANCIÈRE, Jacques (2007). *O mestre ignorante: Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica.
- SAGAN, Carl (2002). *Um mundo infestado de demónios – A ciência como uma luz na escuridão*. 3.ª ed. Gradiva. Lisboa.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2006). *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*. Edições Afrontamento: Porto.
- VERMEREN, Patrice; CORNU, Laurence; BENVENUTO, Andrea (2003). Atualidade de O Mestre Ignorante – entrevista com Jacques Rancière. In: *Educação e Sociedade*, v.24, n.º82, 54- 61. Disponível em: <http://cevs.org.br/biblioteca/atualidade-o-mestre-ignorante-entrevista-com-jacques-ranciere-debate>. Acedido em: 15/05/09.

---

Resenhas Educativas/ Education Review  
publica resenhas de livros recém-lançados na Educação, abrangendo o conhecimento e a prática em sua totalidade. Todas as informações são avaliadas pelos editores:

Editores

Gustavo E. Fischman

Gene V Glass

Melissa Cast-Brede

As resenhas são arquivadas e sua publicação divulgada por meio da listserv (EDREV).

Resenhas Educativas e uma publicação do  
Scholarly Communications Unit of the  
Center for Educational Research for Global Sustainability  
Arizona State University  
[cegs.asu.edu](http://cegs.asu.edu)

---